



## Manifestação do SinTUFABC à II Sessão CONSUNI-CONSEPE

Sr. Presidente do Consuni e Consepe, prof. Dr. Dácio Roberto Matheus, conselheiras e conselheiros, colegas técnicas administrativas, estejam vocês em estado de terceirização ou não, docentes, discentes da graduação e da pós-graduação da UFABC, membros da comunidade.

Nós do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC - SinTUFABC, recebemos com muita preocupação a convocação para a II Sessão Conjunta dos Conselhos Superiores da UFABC, ConsUni e ConsEPE, com o objetivo de “tratar das questões relativas ao funcionamento da Universidade, diante dos efeitos da emergência sanitária ocasionadas pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)”, e para a qual a pauta e os respectivos anexos foram encaminhadas apenas na última quarta, 16 de setembro de 2020. A constar, um dos importantes pontos de discussão será em torno da apresentação do plano preliminar de retorno gradual das atividades presenciais administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da UFABC. Institucionalmente estamos nutridos das diversas formas de representação da nossa instituição em fóruns e organismos nacionais, regionais, setoriais e de classe e temos participado com cautela de atividades que respeitam a vida de todos acima dos lucros e/ou dos interesses de alguns sobre os da maioria. Isso fazemos por em momento algum termos parado de atuar pelo bem comum, assim como as trabalhadoras técnicas da nossa instituição também o fizeram: **mudamos nosso local de trabalho para a nossa casa, mesmo que sem qualquer compensação, mas nunca, em hipótese alguma, recusamos qualquer tipo de trabalho dado que isso não expusesse desnecessariamente nossa vidas a risco!** Entendemos que, novamente, a citar as discussões que antecederam a aprovação do Quadrimestre Suplementar e o ECE, a reitoria compromete o debate dos Conselhos Superiores com tal encaminhamento; desnecessário aligeirando as deliberações com a apresentação pronta de uma proposta sobre a qual, em nenhum momento, o SinTUFABC, como representante das técnicas administrativas, teve qualquer contribuição acatada, mesmo que a proposta trate diretamente do trabalho das técnicas administrativas e seus impactos sobre toda a comunidade. Desta maneira a administração



negligencia as questões centrais apresentadas pelos representantes dos TAEs indicados pelos seus representantes nos conselhos ao Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus, instituído pela Portaria 797/2020 - REIT, tais como:

- **Quais serão as condições que definirão o início, ou seja, o primeiro gatilho para a fase 1?**
- **A reitoria propõe o início do plano mesmo com o hospital de campanha em funcionamento? Mesmo que isso signifique inclusive um desrespeito do acordo estabelecido em mesa de negociação permanente?**
- **Quem definirá as atividades que são prioritárias em cada etapa? Ou a fase em que cada setor está? Ou, ainda, quem decidirá qual área ou setor deverá avançar ou retroceder de uma fase para outra?**
- **Quando é que a universidade pensa que produzindo um plano inicial que sequer mencione o termo inclusão ou cite as PCDs (Pessoas com deficiência) pode ser minimamente respeitoso com a visão de inclusão que compartilhamos em nossa comunidade?**
- **Como um estudo que sequer mencione os números das trabalhadoras em situação de terceirização como trabalhadoras presentes no cotidiano da nossa instituição se presta a tentar se avizinhar do mundo real? Estes que sequer números viram para a administração da nossa instituição correspondem a mais de 20% das trabalhadoras que em situação alguma pararam.**
- **A necessidade de vacina será um dos requisitos nas fases mais avançadas do plano?**
- **A Universidade até hoje não dispõem de qualquer mecanismo para evitar que trabalhadoras limpem seus EPIs do tipo avental na instituição fazendo-os carregar possíveis vetores químicos e biológicos para as residências das trabalhadoras. O plano contemplará a possibilidade das pessoas serem vetores que podem levar o vírus para suas casas?**

Este, que outrora se apresentara como um comitê técnico, composto por especialistas, que se debruçam sobre o planejamento e as ações de gestão no que se refere ao Coronavírus, não trouxe questões como estas. As diversas questões apontadas transgiversam sobre a crítica central que fazemos:



*Há falta de iltivez ao abordar a segurança e a vida das técnicas administrativas pautando o retorno de serviços não essenciais e, por consequência, o aumento da exposição das trabalhadoras em situação de terceirização ao convívio com um número maior de pessoas, e consequente aumento do risco destas trabalhadoras se contaminarem com a Covid-19.*

Tal plano proposto, até a última reunião que foi apresentado, desconsidera as condições de trabalho e a exposição causada pelo deslocamento entre residência e trabalho. Além disso, não há menção a uma vacina eficaz contra a Covid-19, ao mesmo tempo em que não se garante a testagem dos servidores sequer na fase 3, em que se propõe o retorno integral dos servidores às atividades presenciais. **Qualquer apresentação que possa vir neste sentido nesta reunião, seja antes ou depois da leitura deste texto, é proveniente de movimentações de última hora que sequer passaram pelos comitês necessários e demonstram ainda mais o atropelo ao técnico.** Essas incertezas sobre as reais condições de segurança para o retorno gradual ao trabalho presencial levaram o assunto a ser pautado inclusive pela Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação da UFABC, que pediu esclarecimentos à Reitoria por meio de email ainda em 21 de agosto e segue sem resposta. Diante desta desconfortável situação de atentado contra a vida e desses importantes questionamentos nunca respondidos, observamos o quanto o atual contexto exige uma postura mais assertiva, transparente, aberta ao diálogo (não monólogo) e, sobretudo, que respeite a pluralidade e a importância da participação das instituições representativas na construção democrática de políticas que visem o bem-estar e a segurança de toda a comunidade acadêmica. Ao passo que a reitoria transfere a responsabilidade pela definição de uma política e seus parâmetros universais para o retorno das atividades presenciais restrita apenas aos dirigentes das unidades administrativas, alija do debate não só informações técnicas básicas como também as instituições de representação de classe. Assim, prejudica o diálogo, atenta contra



**SinTUFABC** | Sindicato dos Trabalhadores das  
Universidades Federais do ABC



o plural, e alinha nossa instituição na negação dos números nunca contundentemente retrógrado de mortes e ao obscurantismo nacionalizado de negação da ciência e dos representantes de classe. Aprofunda isso como diretriz institucional, gerando incertezas em relação ao que esta administração realmente desempenha em suas ações em respeito à vida e à nossa comunidade.

A atual reitoria descontinuou a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP, interrompendo os chamamentos para eleições desde o fim dos últimos mandatos, em 2018, contrariando o seus deveres previstos na Resolução ConsUni nº 123. Vale ressaltar que a cobrança pela reativação desta comissão se faz constante em nossas reuniões de mesa de negociação permanente desde antes da pandemia e continuou sendo cobrada durante a pandemia nas mesmas mesas de negociações e nenhum avanço foi notado apesar da nossa reiterada cobrança. Agora pedimos mais uma vez, reitor, devolva a CISSP, ela é direito de todos! Não podemos ficar aguardando por anos o encaminhamento de suas eleições pela reitoria a revelia do cumprimento das resoluções dos conselhos superiores da nossa instituição.

Sem que fuçamos ao tema vale ressaltar que diversos setores de trabalho que há pouco tempo tiveram negados o direito de redução de jornada para 30 horas associado ao aumento da ininterruptividade de atendimento ao público para mais de 12 horas, hoje são tratados como essenciais que sempre foram e sempre deveriam ter sido tratados. Caros colegas do NTI e NETEL que hoje são quase 100 dos mais solicitados nestes últimos tempos e que enfim tem seu trabalho valorizado como sempre deveria ser, mais ainda tem negadas suas 30 horas! Logo vocês que foram tão atacados com o SUPERPAD. Caros colegas dos laboratórios que entre graduação e pesquisa beiram os 140 e estão sendo demandados ao retorno sem quais resposta sensata sobre seus EPIs serem veículos de transmissão para seus filhos e demais familiares no retorno ao trabalho! Vocês estão sendo solicitados, inclusive autorizados a comer um “lanche rápido” dentro dos laboratórios que é o seu local de trabalho, apesar de sempre terem qualquer tipo de valorização rejeitada neste processo de redução de jornada, em processos de insalubridade, em sucessivas tentativas de não precisarem trabalhar com reagentes vencidos e EPIs que nem sempre atendem às suas necessidades. **Caros colegas de todas as demais divisões e setores que também não somos**

Avenida dos Estados nº 5001, 11º andar , sala 111, bairro Bangu, Santo André-SP,

CEP: 09210-580 CNPJ: 18.099.141/0001-79,

Portal Web: <http://www.sintufabc.org.br> Correo Eletrônico: [contato@sintufabc.org.br](mailto:contato@sintufabc.org.br)



**estritamente necessários presencialmente para o combate ao nosso real problema imediato, o coronavírus, não vamos permitir que a naturalização da nossa exposição indevida passe despercebida.**

Por fim, com os dados de contágio e de mortes da pandemia da Covid-19, ainda sem contundência na decrescente, vemos apontada como única saída responsável a necessidade de continuarmos em distanciamento social. Os números permanecem extremamente elevados e temos exemplos diversos de outros estados brasileiros onde a abertura antecipada da sociedade (comércio, instituições e serviços), resultaram em nova onda de crescimento desses números e consequente retrocesso na abertura ou em naturalização da morte. Nesse sentido, a manutenção do isolamento social defendida pela ciência e principais autoridades mundiais é fundamental para contribuir com o controle da pandemia, zelar pela saúde da comunidade e preservar vidas. Acreditamos que o respeito à vida da nossa comunidade deva se sobrepôr a outros interesses e que uma demonstração essencial desse respeito seja o encaminhamento de decisões dessa importância da forma mais transparente, democrática e participativa possível. **Entretanto, caso a Universidade Pública seja espaço de reprodução dos vícios e erros que, infelizmente, já observamos na sociedade, então teremos usado de nossa tão ameaçada autonomia para nos apegarmos ainda mais diante dos desafios que agora se apresentam.** Para isso nossas propostas que não foram incorporadas até então e que prezam pelo respeito à vida e respeito à nossa opinião que, até então, não nos foi legitimada, são mínimas para a transição da fase 0 a fase 1. Estas se inicia com o retorno da proposta para o Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus definir as características técnicas do retorno e que estas incorporem condições iguais ou mais restritivas que a OMS sugere, tais como:

- **Impossibilidade de sair da fase zero enquanto nosso campus estiver sediando um hospital de campanha;**
- **Avanço de fases apenas quando RT for menor que 1,0 nos municípios dos campus, e gatilho de retorno de fase a cada duas semanas caso manutenção de valor superior a este constante neste período;**



- Que os trabalhadores que retornarão ao trabalho presencial só retornem caso o RT for menor que 1,0 no seu município de residência e nos municípios que cruza para chegar ao local de trabalho por pelos menos duas semanas seguidas;
- Que ocorram testagem em massa com sazonalidade menor ou igual a semanal entre os trabalhadores expostos no campus ou no trajeto até ele;
- EPIs em plena disponibilidade de quantidade, qualidade e mecanismos de sua total e completa higienização no campus sem que qualquer trabalhadora seja obrigada a carregar nenhum destes para sua residência, nem em época de COVID nem depois;
- Lotação dos leitos exclusivos para COVID em hospitais públicos menor que 50% e gatilho de retorno de fase a cada duas semanas caso manutenção de valor superior a este constante neste período;
- Eleições imediata da CISSP com calendário eleitoral publicado ainda este mês pela reitoria;
- Respeito total, absoluto e sem consequências pessoais aos trabalhadores de grupos de risco, com dependentes nesta situação, comórbidos, pais e mães solo, arrimos de família e demais pessoas consideradas vulneráveis socialmente,
- Apresentação de plano de contingenciamento área a área levando em consideração possíveis contágios individuais e/ou coletivos, condições mínimas de circulação de ar que atendam as normas técnicas estabelecidas, e gatilhos de retrocesso e avanço de fase bem definidos que atendam as demais solicitações deste documento e de demais documentos produzidos pelos trabalhadores do setor, pelo sindicato, pelo comitê específico da UFABC para o tema e pelos organismos internacionais tais como OMS, levando em consideração sempre o documento com maior proteção e respeito à vida dentre os citados.

Coordenação Executiva do SinTUFABC

21 de setembro de 2020

Avenida dos Estados nº 5001, 11º andar , sala 111, bairro Bangu, Santo André-SP,

CEP: 09210-580 CNPJ: 18.099.141/0001-79,

Portal Web: <http://www.sintufabc.org.br> Correo Eletrônico: [contato@sintufabc.org.br](mailto:contato@sintufabc.org.br)